

**XXIV CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM
HELDER CÂMARA**

FILOSOFIA DO DIREITO I

FERNANDO GALINDO AYUDA

LEONEL SEVERO ROCHA

RENATO CÉSAR CARDOSO

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

F488

Filosofia do direito I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara;

coordenadores: Fernando Galindo Ayuda, Leonel Severo Rocha, Renato César Cardoso – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-106-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Filosofia. I. Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25. : 2015 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



**XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC
/DOM HELDER CÂMARA**

FILOSOFIA DO DIREITO I

Apresentação

Buscar a unidade na multiplicidade, o universal no concreto: este sempre foi o escopo de parte considerável dos esforços filosóficos que se empreendem desde o mundo helênico. Entre Tales e Parmênides, Platão e Espinosa, Hegel e Schopenhauer, para citar alguns, definir a questão filosófica por excelência não era objeto de controvérsia. Nunca, no entanto, contou com aceitação geral ou pacífica tal projeto de filosofia: quimera inalcançável, diziam alguns, projeto irrealizável, natimorto, fadado ao fracasso, alardeavam outros tantos.

O livro que agora apresentamos, longe de contribuir na resolução do problema, só faz agravá-lo: não obstante sua indiscutível unidade e coerência enquanto obra de sólida Filosofia do Direito, que se note de imediato a multiplicidade de temas, perspectivas, autores, abordagens e "filosofias" que desfila. A tensão e a dialeticidade do um e do múltiplo, do particular e do universal, parecem aqui espelhadas na própria tessitura e natureza mesma deste livro.

DA TÁBULA RASA À TEORIA DE GÊNERO: UMA CRÍTICA AO TRABALHO DE STEVEN PINKER SOB O VIÉS DOS DIREITOS HUMANOS

FROM BLANK SLATE TO GENDER THEORY: A CRITIQUE OF THE WORK OF STEVEN PINKER UNDER THE BIAS OF HUMAN RIGHTS

Lorena Martoni de Freitas

Resumo

Nos processos de elaboração de políticas públicas direcionadas a reduzir as desigualdades sociais entre gêneros, informações acerca da dinâmica social ordenada pelos comportamentos dos indivíduos são de grande valia para que estratégias sejam traçadas e os objetivos almejados devidamente alcançados. No entanto, é preciso um olhar crítico às informações que, muitas vezes, acabam por reforçar os discursos de naturalização das diferenças de gênero ao invés de questioná-las, levantando verdadeiras barreiras na busca pela efetivação dos direitos fundamentais. O presente trabalho toma como exemplo a obra do neurocientista Steven Pinker, denominada *Tábula Rasa: a negação contemporânea da natureza humana*, na qual o autor, partindo de uma crítica ao empirismo, reforça a existência de uma natureza humana e, mais especificamente em seu capítulo sobre gênero, preleciona a existência de uma essência feminina e outra masculina, atreladas a elementos genéticos pré-determinados. Nesses termos, busca-se desconstruir o discurso de Pinker com base na atual teoria de gênero de Judith Butler, apontando seus vícios teóricos quando confrontados no campo filosófico, bem como as repercussões nefastas que seus desdobramentos operam no campo das ciências sociais aplicadas.

Palavras-chave: Steven Pinker, Teoria de gênero, Neurociências, *Tábula rasa*

Abstract/Resumen/Résumé

In public policy development processes directed to reducing social inequalities between genders, information about the social dynamics ordered by behavior of individuals are of great value for determining what strategies should be outlined and for properly achieving desired goals. However, it is important to have a critical look at information that often ends up reinforcing the discourses of naturalization of gender differences rather than questioning them, raising real barriers in the quest for realization of fundamental rights. This paper takes as an example the work of neuroscientist Steven Pinker, called "*Blank Slate: contemporary denial of human nature*" in which the author, from a critique of empiricism, reinforces the existence of a human nature, but specifically in his chapter on gender, affirms the existence of an "essence" female and male, linked to predetermined genetic elements. In these terms, we seek to deconstruct Pinker's speech based on current Judith Butler's gender theory, pointing out its theoretical flaws when confronted in a philosophical field, as well as the negative impact that its aftermath operates in the field of applied social sciences.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Steven pinker, Gender theory, Neuroscience, Blank slate

INTRODUÇÃO

É possível observar nas últimas décadas um processo de formulação e reformulação de leis e políticas públicas que visam garantir direitos às mulheres, no sentido de elaborar diretrizes relativas às esferas do trabalho, renda, educação, saúde, buscando reduzir a condição de vulnerabilidade desse grupo, bem como os índices de violências contra elas cometidas (CEAPG-FGV/EASP, 2014, p. 164).

Além das diversas formas de discriminação que permeiam o campo social em relação ao feminino, é importante destacar a violência contra as mulheres enquanto fenômeno complexo diretamente relacionado a um contexto de vulnerabilidade social (CEAPG-FGV/EASP, 2014, p. 162). Esses elementos configuram objetos de lutas contínuas de grupos de ativistas dos direitos humanos, dos movimentos feministas e das organizações da sociedade civil que trabalham no campo dos direitos da mulher, exercendo papel fundamental na elaboração das agendas políticas e, de forma ampla, no processo de estabelecimento de um Estado Social de Direito que abarque verdadeiramente a não discriminação de gênero.

O enfrentamento dessas questões tem mobilizado o Estado, buscando recursos e ações nos três âmbitos do governo, com enfoque para o campo das políticas públicas. Para tanto, uma análise aprofundada das raízes dessas questões é um elemento primordial para o processo de elaboração de políticas públicas, afinal, somente a partir de uma identificação precisa das origens dos problemas, da compreensão de sua dinâmica e desdobramentos que será possível traçar um projeto eficiente de intervenção dos desequilíbrios sociais. Nesses termos, é preciso cautela com certas análises dos fatos sociais que, no intuito de informar a esfera das ciências políticas, acabam por conduzi-las para sentidos incoerentes com os objetivos prelecionados pelos direitos humanos.

Um bom exemplo são os recentes estudos neurocientíficos que, por meio de reducionismos biológicos, interpretam as dinâmicas sociais como meros resultados de comportamentos geneticamente determinados. Nessa esfera, Steven Pinker é um nome referencial, exercendo grande influência em pesquisas sobre comportamento humano e psicologia social. Psicólogo e linguista canadense, doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de Harvard em 1979, lecionou por 21 anos no Departamento do Cérebro e Ciências Cognitivas do MIT (Massachusetts Institute of Technology), antes de regressar a Harvard em 2003. Seu livro “Como a mente funciona” teve grande repercussão na comunidade científica, no entanto, foi a obra “Tábula Rasa: a negação contemporânea da

natureza humana” que lançou seu nome ao público acadêmico em geral. O livro esteve entre os finalistas para o Prêmio Pulitzer, foi rotulado bestseller pelo New York Times e em 2004, Pinker foi nomeado uma das 100 pessoas mais influentes pela Revista Time.

Essas informações tornam-se alarmantes quando o aclamado livro de Pinker é utilizado por pesquisadores das ciências humanas e sociais, no intuito de sustentar a elaboração de políticas públicas. Figurando como substrato para verdadeiras propostas biopolíticas que, em termos foucaultianos, analisam o ser humano meramente em seu elemento biológico, e a população como uma espécie a ser compreendida e controlada a partir de universais científicos, dados estatísticos e controle de riscos, as informações trazidas por Pinker atuam muito mais no sentido de naturalizar as diferenças de gênero, do que combatê-las no campo social.

Apesar de apresentar uma extensa lista de referências bibliográficas, Pinker, que considera a filosofia uma área carente de respeito, jocosamente identificada como pensamento especulativo sem valor nos círculos científicos (PINKER, 2002, p. 27), lança mão de uma linha argumentativa desonesta: agrupa uma miríade enorme de pensadores em um grupo homogêneo, apresenta-os sob uma perspectiva rasa, superficial e, na grande maioria das vezes, descontextualizada, para então rejeitá-los em bloco.

No prefácio do livro, Pinker principia a apresentação de seu trabalho indicando um posicionamento interacionista (PINKER, 2002, p. 12), no que concerne ao debate sobre a natureza humana. De forma clara, o autor assume que a explicação para os comportamentos humanos está além das dicotomias de determinismos genético ou ambientais, devendo esses serem estudados a partir das interações entre natureza e cultura. Poderíamos questionar esse posicionamento desde sua nomenclatura, a partir de uma perspectiva de que natureza e cultura estão tão entrelaçadas, que seria ilusório, para não dizer vicioso, pressupor uma separação prévia entre essas categorias, para em seguida ponderar sobre sua interação. No entanto, este esforço argumentativo seria em vão ao tratarmos da obra de Pinker, uma vez que o autor, contrariando seu prefácio, concentra-se sobremaneira em seu livro simplesmente em desqualificar os discursos construcionistas - que sob sua ótica estariam todos atrelados ao pressuposto da “tábula rasa” - e em defender os trabalhos dos “sempre mal interpretados” sociobiólogos, deixando pouco espaço para que uma análise interacionista de fato aflorasse.

Assim, considerando-se os perigos da propagação do discurso de Pinker, apartado das devidas críticas, no círculo das ciências sociais, campo do conhecimento vetorial na produção de políticas públicas que buscam construir uma sociedade mais igualitária e menos discriminatória, o presente trabalho cuidará especificamente do capítulo que o autor direciona

para análise de questões de gênero. No entanto, para compreender de antemão o quão deslocado Pinker se encontra do debate atual sobre gênero, primeiramente serão feitas observações sobre seus pressupostos introdutórios, no que concerne ao pensamento de John Locke e à teoria da tábula rasa. Em seguida, serão apresentadas as principais teses de Judith Butler, eminente filósofa reconhecida por suas pesquisas acerca da temática, e os pontos delas dissonantes trazidos na obra de Pinker. Por fim, de forma conclusiva, serão ressaltadas as irregularidades teóricas trazidas pelo autor, apresentando-as juntamente com outras perspectivas dentro do círculo de pesquisas neurocientíficas, elucidando não apenas o partidarismo de Pinker (que se aproxima à misoginia), mas também o desfavor que suas enunciações resultam no campo das lutas sociais, e no rompimento com a naturalização dos desequilíbrios de gênero.

1) STEVEN PINKER E A TÁBULA RASA

O embate encabeçado por Pinker contra o construcionismo inicia-se em sua leitura da obra de John Locke (1632-1704). Apontado como pai do empirismo e fundador do associacionismo (teoria sobre o desenvolvimento do aprendizado apartado da pressuposição de qualquer ideia inata), Locke teria afirmado que o conhecimento é produzido a partir da inscrição das sensações, ou “ideias simples”, na “tábula rasa” do indivíduo, que quando associadas produziriam as “ideias complexas”.

Pinker afirma que o associacionismo influenciou largamente o desenvolvimento da psicologia, em especial a corrente behaviorista, alvo máximo de suas críticas. Fundada por John B. Watson (1878-1958) e amplamente desenvolvida por B. E. Skinner (1904-1990), trata-se de uma teoria que defende a modelagem do comportamento humano por meio de uma dinâmica de forças externas ao indivíduo, pautada em estímulos e respostas, desacreditando a existência de talentos ou habilidades inatas resultantes de fatores genéticos (PINKER, 2002, p. 33).

Juntamente à ideia da tábula rasa, Pinker também atribui às teorias românticas, ou do “bom selvagem” - ligadas originariamente a Jean Jacques Rousseau – e às dualistas, ou referenciadas como “fantasma na máquina”, que preconizam a separação entre mente (substância imaterial) e corpo (substância material), que apesar de proveniente de uma longa tradição filosófica, destaca-se na obra do cânone da filosofia moderna, René Descartes. Neste artigo, nos ateremos a problematizar a visão de Pinker em relação às doutrinas da tábula rasa, as quais ele chama de Modelo Padrão das Ciências Sociais, ou simplesmente construtivismo

social, pois se acredita que jaz aí o germe das incompreensões explanadas pelo autor quando esse critica as teorias de gênero.

Pinker introduz o pensamento de John Locke, compreendendo-o enquanto raiz de teorias empíricas baseadas e assim agrupadas sob o mote da “tábula rasa”, ou seja, da ideia de que a mente humana não possui nenhuma estrutura primária inerente, sendo passível de ser moldada pelo ambiente sociocultural (PINKER, 2002, p. 21). Ainda que o filósofo moderno não tenha literalmente enunciado esses termos, a tábula rasa passou a ser uma referência metafórica para as ideias expressas em sua obra “*An Essay Concerning Human Understanding*”:

Let us then suppose the mind to be, as we say, white paper, void of all characters, without any ideas: - How comes it to be furnished? Whence comes it by that vast store which the busy and boundless fancy of man has painted on it with an almost endless variety? Whence has it all the materials of reason and knowledge? To this I answer, in one word, from experience. To that all our knowledge is founded; and from that it ultimately derives itself. (LOCKE, 2004, p. 87)¹

Pinker apresenta a teoria lockeana de forma bastante descontextualizada do campo filosófico em que ela se encontrava inserida. É de suma importância compreender que ao escrever “*An Essay Concerning Human Understanding*”, Locke está a dialogar com uma longa tradição, em especial com Aristóteles e Descartes, que sustentava o caráter substancial do sujeito. Neste contexto, é imperioso destacar o sentido de “substância” a partir da qual o sujeito era concebido, e que é exatamente o elemento a ser relativizado por Locke em seu entendimento sobre a natureza humana. Isso não significa que o filósofo afirmasse a inexistência de aparatos primários na constituição da mente, dotados de qualidades operativas para o entendimento humano, mas sim que ele reconhecia no ambiente e na experiência a força e conteúdo primários (ideias) que alimentavam o funcionamento desse entendimento.

Na metafísica aristotélica já se traçava uma busca pelos primeiros princípios, a partir da pergunta “o que é o ser”, ou seja, qual sua causa primeira, quais são seus atributos essenciais. A análise ontológica enunciada por Aristóteles, reflexão sobre questões já postuladas por seus antecessores, realiza-se a partir da ideia de que “o ser se diz em múltiplos sentidos, mas sempre em referência a uma unidade e a uma realidade determinada, e sempre em referência a um único princípio” (NODARI, 1999, p. 53), sendo exatamente a substância este uno determinado, causa primeira da coisa em si.

¹ “Suponhamos então que a mente seja, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem nenhuma ideia: como ela será então formada? De onde lhe provém esse vasto estoque, que a fantasia ativa e ilimitada do homem nela pintou com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, com uma palavra: da experiência”. (Tradução livre)

É por manifesto que a ciência a adquirir é a das causas primeiras (pois dizemos que conhecemos cada coisa somente quando julgamos conhecer a sua primeira causa); ora, causa diz-se em quatro sentidos: no primeiro, entendemos por causa a substância e a quiddidade (o “porquê reconduz-se pois à noção última, e o primeiro “porquê” é causa e princípio); (...) A maior parte dos primeiros filósofos considerou como princípio de todas as coisas unicamente os que são da natureza da matéria. E aquilo de que todos os seres são constituídos, e de que primeiro se geram, e em que por fim se dissolve, enquanto a substância subsiste, mudando-se unicamente as suas determinações, tal é, para eles, o elemento e o princípio dos seres. Por isso, opinam que nada se gera e nada se destrói, como se tal natureza subsistisse indefinidamente, da mesma maneira que não afirmamos que Sócrates é gerado, em sentido absoluto, quando ele se torna belo ou músico, nem que ele morre quando perde estas qualidades, porque o sujeito, o próprio Sócrates, permanece; e assim quanto às outras coisas, porque deve haver uma natureza qualquer, ou mais do que uma, donde as outras derivem, mas conservando-se ela inalterada (ARISTÓTELES, 1984, p. 16)

Ou seja, ainda que Aristóteles assumisse a multiplicidade do real nos modos de ser, rompendo com a unicidade que prevalecia no pensamento antigo, o filósofo ainda se encontrava atrelado à ideia de substância como elemento que rompe com o dualismo das coisas, e que subsistiria previamente como concreta união da forma (essência, natureza interior das coisas) com a matéria determinada destas mesmas coisas. A substância é então apresentada como algo individual e existente, que consiste no conjunto de características que as coisas de um gênero e de uma espécie possuem, sempre igual a si mesma, sempre perene no tempo, “sempre algo determinado e intrinsecamente unitário que subsiste por si mesmo” (NODARI, 1999, p. 53).

René Descartes, sem dúvida a grande referência quando se fala em sujeito moderno, e por isso, pensador com quem Locke dialoga diretamente em suas obras, herda de Aristóteles o conceito de substância para se falar do eu individual. No mesmo viés lógico, Descartes refere-se à substância como algo que existe independente de qualquer causa, na qual, quando se fala de um ser pensante (*res cogitans* ou alma, essencialmente distinta e independente do corpo, *res extensa*), estão inscritas as ideias inatas, claras e distintas, que são exatamente modos do atributo do pensamento. Estes atributos permitiriam à substância “distinguir-se de outras e ser pensada em si mesma”, tornando-a, enquanto essencialmente pensante, um sustentáculo emanador de qualidades específicas (NODARI, 1999, p. 56).

Mas, que o corpo humano, na medida em que difere dos outros corpos, é constituído por certa configuração de membros e de outros acidentes desse modo, ao passo que a mente humana não é constituída dessa maneira, a partir de acidentes nenhuns, mas é pura substância. Pois, embora todos os seus acidentes se modifiquem – ela entende umas coisas, quer outras, sente outras, etc. -, nem por isso a própria mente torna-se uma outra. Ao passo que o corpo humano torna-se outro, em virtude apenas de que se modifique a figura de qualquer uma de suas partes. Disto se segue que tal corpo morre muito facilmente, enquanto a mente ou a alma do homem (o que não distingo) é imortal por sua natureza. (DESCARTES, 2004, p. 39)

É exatamente contra essa concepção de sujeito, desse princípio de individuação e de identidade ligada a um conceito de substância, que Locke vai se insurgir. Antes de qualquer coisa, na linha da corrente nominalista², o autor considerava tudo aquilo que existisse, substância ou não, como sendo necessariamente individual – ou seja, distinto das demais coisas individuais, levando em conta sua existência e posição em um tempo e lugar determinado (THIEL, 2011, p. 102). Isso tornava supérflua a busca pelo princípio da individuação, pois a empreitada pelo conhecimento das causas primeiras implicaria postular um princípio de individuação para cada ser diferenciado, contrariando as ponderações anteriores que buscavam a essência, aquilo que em cada ser fosse igual em todas as criaturas de uma mesma espécie, e que assim permanecesse.

Logo, ao considerar que a existência individualiza cada ser de uma forma, ou seja, sendo a existência em si mesma o princípio de individuação, Locke concebe a substância como um mero suporte referencial para as qualidades. Nesse viés, o autor, considerando o patamar científico que se encontrava no séc. XVII, assume limites para o conhecimento humano, afirmando que, uma vez que não se pode ultrapassar a observação dos atributos para então conhecer suas causas, a essência das coisas deve ser concebida como algo meramente nominal, uma ideia abstrata classificada a partir de um conjunto de coisas que se assemelham. Consequentemente, a essência constituinte das substâncias não é a base da existência do sujeito, mas obra do entendimento humano que abstrai o mundo a partir de suas manifestações empíricas.

...em Locke, não há essência no sentido aristotélico, emanando da substância, há apenas a mera constituição interna ou estrutura, ou modificação da substância. (...) Substâncias são combinações de ideias simples, assumidas para representar coisas particulares e que subsistem por si mesmas e nas quais a suposta e confusa ideia de substância, tal como é, aparece como a primeira e a principal. A mente, então, constata que um certo número de ideias simples vão constantemente juntas e não podendo imaginar como elas subsistem por si mesmas, adquiriu o hábito de supor um substrato ao qual as ideias simples são inerentes, do qual decorrem e que se costuma chamar de substância. (NODARI, 1999, pp. 57-58)

² O nominalismo, cujo grande expoente foi Guilherme de Ockham, foi uma corrente que rejeitou os fundamentos epistemológicos tradicionais da ontologia clássica, afastando-se da ideia de essência. Uma vez que não existem universais, que as coisas só podem ser simples, isoladas e separadas, inexistem díades como substância x acidente, formas x essência, apenas indivíduos que assim o são necessariamente (THIEL, 2011, p. 21), e seus respectivos nomes. Assim, não há que se falar em essência (ou natureza) humana, uma vez que “os termos gerais têm fundamento na realidade empírica, mas nada significam em si mesmos, salvo um conhecimento imperfeito e incompleto das entidades reais, as quais podem ser chamadas individuais” (NODARI, 1999, p. 11).

Ao desatrelar a existência de cada ser à essência, Locke relativiza a ideia tradicional de substância ligando-a a uma teoria gnoseológica empirista, concebendo-a como um conjunto de ideias complexas formadas a partir da combinação de ideias simples, adquiridas por dados sensoriais. Ou seja, aqui há uma importante inversão na constituição do sujeito: ao invés deste ser a emanção de uma substância previamente existente, ambos são produzidos concomitantemente a partir de experiências agregadas. No entanto, isso não implica dizer que Locke desconsiderava a existência de qualquer estrutura mental prévia à existência. O que o autor chama de entendimento é exatamente a capacidade operativa da mente de absorver o conteúdo adquirido pela experiência, transformando as ideias simples em ideias complexas, capacidade esta que restaria inoperante se não fosse acionada pela interação entre o ser humano e o mundo. É exatamente esta lógica que Pinker parece não ter compreendido em seus trabalhos, fator que se torna evidente em sua argumentação posterior no capítulo sobre gênero.

2) **CONSTRUTIVISMO *VERSUS* SOCIOBIOLOGIA**

A palavra “cultura” usualmente era utilizada para fazer referência a certos elementos artísticos e intelectuais tradicionalmente tidos como refinados, no entanto, o termo tornou-se mais abrangente no fim do século XIX. Devido principalmente ao trabalho de Franz Boas (1858-1942), a “cultura” passou a ser compreendida enquanto a totalidade socialmente transmitida de padrões comportamentais, artes, crenças, instituições, comunicação e outras produções do homem resultantes de sua interação com a natureza (PINKER, 2002, p. 35). Nesse contexto, a corrente construtivista se desenvolveu muito pautada em ideias empiristas, e em uma noção de cultura que influenciaria as plásticas mentes individuais nela inseridas, um fenômeno psicológico superorgânico explorado paradigmaticamente por Émile Durkheimer (1858-1917) em suas explanações sobre o método sociológico.

Pinker identifica na teoria da tábula rasa e no construtivismo social, além do sustentáculo para a preconização de uma igualdade essencial entre indivíduos, uma crença filosófica de que o ser humano seria mais livre para se autodeterminar se seus comportamentos estivessem ligados a um sistema cultural por ele modelável, ao invés de condicionado a limites biológicos aleatórios (PINKER, 2002, p. 31). No entanto, o autor ressalta a importância de compreender que, a influência genética nos comportamentos, revelada pelas pesquisas neurocientíficas, não implica em determinismos (PINKER, 2002, p. 57). Precisamente, um sistema determinista consiste naquele em que o estado das coisas é

causado por outros estados primários, de forma absolutamente necessária, não havendo espaço para probabilidades (PINKER, 2002, p. 109), o que não procede na relação entre estruturas e sistemas neuronais e os comportamentos humanos. É exatamente nessa brecha das predisposições ou tendências, que como tais são passíveis de serem contornadas, que a mente humana se abre para possíveis influências do ambiente, revelando então o caráter interacionista da origem dos comportamentos humanos. Logo, a complexidade do humano residiria exatamente na ponte entre biologia e cultura.

Nesse viés, o autor aponta que a chamada “revolução cognitiva”, iniciada em meados de 1950 e permeada pelas pesquisas científicas no campo da neurociência, possibilitou uma maior compreensão dos estados e processos mentais, o que relativizaria as teorias extremistas³ pautadas na tábula rasa. Desfazendo a separação entre mente e matéria, a ciência cognitiva conseguiu comprovar que as atividades mentais são resultado de uma coleta de informações que residem e formam padrões de atividades, limitadas pela geometria inata das estruturas cerebrais. Crenças e memórias são coleções de informações, como uma base de dados, residindo em padrões de atividades que operam como um programa de computação. Essas informações são transmitidas pelos órgãos sensores, que traduzem a energia física em estruturas de dados e que são então armazenadas em sequências dedutivas que obedecem as leis da lógica, da probabilidade, da causa e efeito - sendo isso a razão -, possibilitando a formulação de estratégias para se atingir um objetivo - e isso seria a inteligência (PINKER, 2002, pp. 44-45).

Embora esse não seja o entendimento do autor, devido ao seu declarado objetivo de combater o construtivismo e a teoria lockeana, um leitor mais cuidadoso da obra de John Locke reconheceria serem enormes as semelhanças entre esse “programa” estrutural da mente apresentado por Pinker, e aquilo que Locke, em 1689, denominou “entendimento”, ou seja, um atributo operacional da mente que funcionaria a partir dos estímulos externos, alterando-se, refinando-se com o tempo. O associacionismo esboçado por Locke corresponderia ao conectivismo no campo das pesquisas neurocientíficas, que sustenta que neurônios acionados

³ Importante ressaltar que muito do “extremismo” denunciado por Pinker é assim percebido devido ao seu desconhecimento dos conceitos utilizados no campo das ciências humanas e sociais. Por exemplo, quando se rejeita afirmações baseadas em um instinto humano, não significa que os autores estão negando tendências ou predisposições para certos comportamentos (que é a leitura distorcida feita por PINKER; 2002, p. 37), mas sim o determinismo extensivo a toda uma espécie, no sentido já exarado acima. Trata-se de uma compreensão ligada à esfera da psicanálise, na qual o termo “instinto” significa “classicamente, esquema de comportamento herdado, próprio de uma espécie animal, que pouco varia de um indivíduo para outro, que se desenrola segundo uma sequência temporal pouco suscetível de alterações, e que parece corresponder a uma finalidade” (Laplanche; Pontalis, p.18).

juntos por determinado estímulo conectam-se formando uma linha neuronal, em termos leigos, uma linha de raciocínio.

A luta de Pinker se sustenta então, basicamente, em sua afirmação de que a plasticidade do cérebro é bastante limitada. O cérebro é modular, com partes cooperando e gerando linhas de pensamento ou ações organizadas, e o comportamento é o resultado de uma luta entre módulos com diferentes objetivos. A geometria dos módulos não varia, mas as redes neuronais formadas em cada módulo, bem como o resultado do embate entre módulos, sim. Logo, para então a pergunta: até onde Pinker, ao limitar a plasticidade do cérebro, está falando de crescimento da matéria e da forma do órgão, ou de sua rede neuronal, e o quanto desses limites poderiam ser de fato identificados como determinantes, ou mesmo mais influenciadores dos padrões comportamentais do que a cultura que atua na formação das redes neuronais. Acreditamos que identificar os limites dessa simbiose, desse entrelaçamento complexo entre o orgânico e o social, como Pinker faz no decorrer do livro, é uma aposta arriscada, para não dizer eivada de má-fé, no sentido de desqualificar os discursos das ciências sociais.

2.1) A teoria de gênero de Judith Butler

Ainda que Pinker não cite Judith Butler em seu capítulo sobre gênero, no qual direciona duras críticas ao “feminismo de gênero”⁴, os escritos da autora serão trazidos para este trabalho como fundamento para tensionar as enunciações do autor. Optou-se por assim fazê-lo por serem textos referenciais nos atuais estudos sobre gênero, que constituem uma sólida base teórica para se compreender a corrente teórica duramente criticada por Pinker. Tem-se como objetivo demonstrar que, ao atrelar o “feminismo de gênero” meramente aos pressupostos da “tábula rasa” (PINKER, 2002, p. 291), Steven Pinker se afasta largamente da complexidade sob a qual a teoria se constrói, demonstrando a precariedade de sua defesa da natureza humana e das diferenças substanciais de gênero.

Butler assume uma noção de identidade de gênero ligada à cultura, compreendendo que a construção binária de gêneros bem delimitados está vinculada a uma normatividade de práticas sexuais também construídas, no sentido de categorizadas, limitadas em escalas pré-determinadas. Isso não significa dizer que certas práticas sexuais produzem necessariamente

⁴ Categoria criada por Christina Hoff Sommers, em seu livro “Who stole feminism”, no qual a autora analisa uma geração de feministas, da qual Butler faz parte, responsáveis pela difusão de uma ideologia sobre feminismo que seria ostracizada por muitas mulheres.

certos gêneros, mas sim que, concernente à heterossexualidade normativa⁵, as normas sociais de conformação de gênero atuam no sentido de limitar os comportamentos na tentativa de assegurar a predominância de práticas heterossexuais (BUTLER, 2002, p. xii). Nesse contexto, Butler aprofunda na noção de gênero ao relativizar sua separação do conceito de sexo, separação essa que, na história da teoria feminista, costuma ser apresentada pensando o gênero como algo culturalmente construído, enquanto o sexo como algo biologicamente determinado. A autora aponta que o problema dessa distinção reside em raciocínios que então compreenderiam o gênero como uma decorrência causal do sexo, sendo importante um esclarecimento: o gênero pode se assumir em uma multiplicidade de interpretações do sexo.

If the gender is the cultural meanings that the sexed body assumes, then gender cannot be said to follow from a sex in any one way. Taken to its logical limit, the sex/gender distinction suggests a radical discontinuity between sexed bodies and culturally constructed genders. Assuming for the moment the stability of binary sex, it does not follow that the construction of "men" will accrue exclusively to the bodies of males or that "women" will interpret only female bodies (BUTLER, 2002, p. 9).⁶

A questão colocada por Butler é exatamente a construção e separação sócio-linguística do feminino e do masculino, de duas grandes categorias de diferenciação biológica e comportamental, seja no campo do sexo, ou de suas repercussões no gênero. Gênero e sexo são ambos construídos nas práticas sociais, não cabendo uma naturalização deste como uma diferença originária, pré-discursiva, que pairaria no campo do simbólico para além da cultura (BUTLER, 2002, p. 10). O que Butler denuncia é que o “ser mulher”, seja esta uma ontologia ligada ao sexo ou ao gênero, serve na verdade apenas como um termo operativo linguístico, que distorce as diferenças individuais, assumindo uma verdade dentro de uma categoria socialmente construída, um sujeito produzido que não corresponde à realidade dos efetivamente representados (BUTLER, 2002, p. 5). Essa evidência deve ser ressaltada como base para a construção de subjetividades que subvertam práticas opressivas, solidificadas nas relações de poder que se formalizaram em uma cultura eminentemente patriarcal.

If sexuality is culturally constructed within existing power relations, then the postulation of a normative sexuality that is “before”, “outside”, or “beyond” power

⁵ Por normativo, Butler refere-se àquilo que pertence às normas de governo (BUTLER, 2002, p. xx), no sentido foucaultiano de direcionamento de condutas.

⁶ “Se gênero são os significados culturais que o corpo sexuado assume, então o gênero não pode ser, de maneira alguma, apresentado como o desdobramento de um sexo. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Assumindo, por um breve momento, a estabilidade do sexo binário, não se segue que a construção de "homens" resultará exclusivamente em corpos masculinos ou que "mulheres" irão interpretar somente corpos femininos” (**Tradução livre**).

is a cultural impossibility and a politically impracticable dream, one that postpones the concrete and contemporary task of rethinking subversive possibilities for sexuality and identity within the terms of power itself (BUTLER, 2002, p. 40)⁷.

O que se ressalta no pensamento de Butler é que, ainda que essa normatização esteja reforçada pelas dinâmicas de repetição que ecoam socialmente, isso não significa uma consolidação e sedimentação da normatividade heterossexual e de um regime falocêntrico. A proliferação das diferenças sexuais e dos discursos *queer* são exemplos fáticos da possibilidade de subversão dessa homogeneização socialmente construída, dessa naturalização de categorias “fixas e bem delimitadas” de gênero. Essas misturas operam, justamente, no sentido de intervir e desregular o quadro uniformizado e consolidado de um modelo binário masculino/feminino, dirigente de uma heterossexualidade compulsória e opressiva (BUTLER, 2002, p. 42).

Nada disso implica dizer, como apresenta Pinker, que o corpo é uma mera superfície esperando por significação, mas sim que ele se perfaz em um campo de relações e interconexões individuais, sociais e políticas, e nessa dinâmica, constantemente é conduzido a assumir um significado pré-determinado, coerente e inalterável (BUTLER, 2002, p. 44). É nesse sentido que Butler compreende o gênero como performativo, ou seja, como um comportamento que antecipa uma expectativa fenomenológica socialmente construída, e que por isso se instala, erroneamente, como essencial (BUTLER, 2002, p. xiv). A performatividade não é um ato singular, mas uma repetição quase ritualística, que atinge seus efeitos por meio de sua naturalização no contexto corporal, supostamente atemporal e acultural. Isso não implica, no entanto, em dizer que o mundo psíquico é meramente um efeito de ações estilizadas, mas sim em não assumi-lo de forma substancial, compreendendo que esse é modificado, como consequência de processos de internalizações (BUTLER, 2002, p. xv). Consiste, na linha da inversão enunciada por Locke no ponto 1 deste trabalho, em perceber que aquilo que é tomado como a realidade do gênero é antes um conhecimento naturalizado sobre ele, e por isso, passível de ser revisado e mudado (BUTLER, 2002, p. xxiii).

A crítica realizada por Butler aloca-se então ao lado dos pensadores que questionam a metafísica da substância, que pressupõem um sujeito originário dotado de atributos essenciais

⁷ “Se a sexualidade é culturalmente construída dentro de relações de poder existentes, então a postulação de uma sexualidade normativa que está “antes”, “fora”, ou “além” do poder é uma impossibilidade cultural e um sonho politicamente impraticável, que adia a concreta e contemporânea tarefa de se repensar possibilidades subversivas para a sexualidade e a identidade dentro dos termos do poder em si mesmo”. (Tradução livre)

e não essenciais. Segundo a filósofa, o gênero não é uma emanção de um ser substancial biologicamente determinado pelo sexo, e assim, sempre idêntico a si mesmo, mas sim um ponto de convergência de relações (BUTLER, 2002, p. 14), passíveis de se extraviarem de um corpo com significado naturalizado, para se proliferar em inúmeros papéis e significados de gênero. Ao rejeitar a ideia de um sujeito substancial, Butler coloca em cheque todas as categorias fixas dele derivadas, como ego, self, indivíduo, pessoa e, conseqüentemente, “homem” e “mulher”. Mas a autora vai além, extrapolando inclusive os limites traçados por Locke no que concerne ao conceito de identidade pessoal.

Whereas the question of what constitutes “personal identity” within philosophical accounts almost always centers on the question of what internal feature of the person establishes the continuity or self-identity of the person through time, the question here will be: to what extent do regulatory practices of gender formation and division constitute identity, the internal coherence of the subject, indeed, the self-identical status of the person? To what extent is “identity” a normative ideal rather than a descriptive feature of experience? And how do the regulatory practices that govern gender also govern culturally intelligible notions of identity? In other words, the “coherence” and “continuity” of “the person” are not logical or analytic features of personhood, but, rather, socially instituted and maintained norms of intelligibility. Inasmuch as “identity” is assured through the stabilizing concepts of sex, gender, and sexuality, the very notion of “the person” is called into question by the cultural emergence of those “incoherent” or “discontinuous” gendered beings who appear to be persons but who fail to conform to the gendered norms of cultural intelligibility by which persons are defined. “Intelligible” genders are those which in some sense institute and maintain relations of coherence and continuity among sex, gender, sexual practice, and desire. In other words, the spectres of discontinuity and incoherence, themselves thinkable only in relation to existing norms of continuity and coherence, are constantly prohibited and produced by the very laws that seek to establish causal or expressive lines of connection among biological sex, culturally constituted genders, and the “expression” or “effect” of both in the manifestation of sexual desire through sexual practice. (BUTLER, 2002, pp. 22-23)⁸

⁸ “Considerando que a questão do que constitui a “identidade pessoal” dentro de explicações filosóficas quase sempre se centra na questão de saber qual elemento interno da pessoa estabelece a continuidade ou auto-identidade da pessoa ao longo do tempo, a questão aqui vai ser: em que medida as práticas que regulam a formação do gênero e sua divisão constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, de fato, o status de ser idêntico-a-si-mesmo da pessoa? Em que medida a “identidade” é um ideal normativo, mais do que um recurso descritivo da experiência? E como as práticas regulamentares que governam o gênero também governam noções culturalmente inteligíveis de identidade? Em outras palavras, a “coerência” e “continuidade” da “pessoa” não são estruturas lógicas ou analíticas da personalidade, mas sim normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Na medida em que a “identidade” é assegurada através dos conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” é posta em xeque pela emergência cultural desses gêneros de seres “incoerentes” ou “descontínuos” que parecem ser pessoas, mas que não se conformam com as normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, de alguma forma instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios pensáveis apenas em relação às normas existentes de continuidade e coerência, estão constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas expressivas ou causais de ligação entre sexo biológico, gêneros culturalmente constituídos, e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação de desejo sexual por meio da prática sexual” (Tradução livre).

Butler percebe o determinismo que se esconde por trás de uma lógica que relaciona o gênero à ideia de uma identidade pessoal: essa estaria ligada a um self constituído a partir de um desejo sexual coerente, que assim o é por ser biologicamente determinado. Nesse campo, o gênero denotaria uma experiência única de sexo, desejo e identidade, (BUTLER, 2002, pp. 29-30), criando mais uma vez a falsa noção de causa e efeito, uma ficção identitária descrita enquanto um grupo de atributos de uma substância, o sexo.

Ao sustentar que a identidade de gênero não é derivada do sexo, que este pode atuar de múltiplas formas, e aquela se constitui performativamente, sendo produzida e conduzida a se regular por meio de práticas socialmente tidas como coerentes (BUTLER, 2002, p. 33), a presunção de pensar o gênero enquanto uma forma da identidade pessoal, que se construiria no decorrer do tempo de forma unificada com base simplesmente em uma autorreferência mnemônica é inaceitável, pois exclui o papel do social em sua constituição. Assim, Butler se afasta da identidade pessoal lockeana, assumindo-se em uma linha de pensamento encabeçado por Nietzsche sobre a constituição dos sujeitos enquanto ilusão referencial de onde suas ações emanariam. A autora apresenta o gênero então como um modo de ser constituído pelas próprias expressões que são tidas como dele resultante, ou seja, não um comportamento agenciado por um sujeito preexistente a essa prática (BUTLER, 2002, p. 33), mas um comportamento que constitui o sujeito enquanto se perfaz.

2.2) A visão de Pinker sobre as questões de gênero

A complexidade da teoria exposta por Butler, bem como seu contexto filosófico, é reduzida a migalhas por Pinker, quando o autor se propõe a adentrar na temática de gênero. Ainda que o autor compreenda a multiplicidade de vozes que constituem o atual movimento feminista, mantendo-se na lógica binária ele direciona suas críticas ao chamado “feminismo de gênero”, corrente que ele separa do “feminismo da equidade”, descrevendo-o como:

Gender feminism is an empirical doctrine committed to three claims about human nature. The first is that differences between men and women have nothing to do with biology but are socially constructed in their entirety. The second is that humans possess a single social motive – power – and that social life can be understood only in terms of how it is exercised. The third is that human interactions arise not from motives of people dealing with each other as individuals but from the motives of groups dealing with other groups – in this case, the male gender dominating the female gender (PINKER, 2002, p. 293).⁹

⁹ “O feminismo de gênero é uma doutrina empírica compromissada com três afirmações sobre a natureza humana. A primeira é que as diferenças entre homens e mulheres não têm nada a ver com biologia, mas são socialmente construídas na sua totalidade. A segunda é que os seres humanos possuem um único motivo social - poder - e que a vida social só pode ser entendida em termos de como ele é exercida. A terceira é que as interações humanas não surgem devido às pessoas terem que lidar com outras na condição de indivíduos, mas

Os três pontos apresentados pelo autor são colocados de forma extremamente rasa e, uma vez incompreendida a profundidade desses termos, refutados com uma argumentação inconsistente. Durante todo o texto fica clara a incapacidade do autor de compreender as categorias “sexo” e “gênero”, sendo o segundo apontado com naturalidade como desdobramento do primeiro. Para Pinker, os sexos trariam consigo diferenças quantitativas de hormônios pré-natais femininos e masculinos, que atuariam no desenvolvimento do cérebro de forma diferenciada em homens e mulheres. Essas diferenças estariam ligadas a uma série de comportamentos típicos de cada gênero, por exemplo: homens seriam mais tendentes a terem relações sexuais sem grandes envolvimento, com múltiplos ou anônimos parceiros/as; a serem mais violentos; a terem mais habilidades em manipular objetos tridimensionais; enquanto as mulheres experienciarão emoções com mais intensidade, com exceção da raiva; seriam mais empáticas e desenvolveriam mais relações sociais íntimas, sendo mais atenciosas solícitas com seus filhos (PINKER, 2002, pp. 295-296).

Pinker naturaliza então os comportamentos “masculinos” e femininos”, sugerindo que esses se apresentam homogêneos devido a processos milenares de seleção natural, nos quais certos arranjos neuronais, causadores dos comportamentos sociais, prevaleceriam sobre outros, perdurando no tempo e conformando uma natureza masculina e feminina. No entanto, pouco da tese de Pinker é de fato sustentada com estudos neurocientíficos¹⁰, sendo a maioria de seus argumentos pautados em dados empíricos de que certos comportamentos de gênero apresentam-se constantes em todas as culturas, além de serem também observados no mundo animal. No mais, o autor se dedica a refutar a tese – corrompida – do “feminismo de gênero” sobre a construção dos gêneros, sustentando que sujeitos criados sob padrões comportamentais de gênero diverso daquele determinado pelo seu sexo, não apresentaram boa adaptação, o que seria uma prova de os gêneros não podem ser livremente construídos. Nesses termos, Pinker não apenas ignora que sua tese da seleção natural abarca a hipótese construtivista de que mudanças sociais podem interferir nos comportamentos¹¹, mas também se mostra extremamente reducionista ao compreender a teoria de gênero no campo do

sim de grupos que lidam com outros grupos - neste caso, o gênero masculino dominando o gênero feminino” (Tradução livre).

¹⁰ Basicamente, que o hipotálamo dos homens é maior e mais estriado, e essa seria a parte do cérebro relacionada com o comportamento sexual e agressivo, e que as alterações nos níveis de testosterona (hormônio com maiores quantitativos nos homens) revelariam alterações na libido, autoestima e agressividade dos indivíduos de ambos os gêneros (PINKER, 2002, pp. 298-299).

¹¹ Afinal, a partir dessa lógica podemos deduzir que quanto mais aceitos forem os comportamentos desviantes, ou anormais, esses terão mais espaço propício, de aceitabilidade para se reproduzirem, alterando com o passar dos anos os comportamentos padrões e a realidade social.

behaviorismo radical, como se aquela defendesse a possibilidade de personalidades e comportamentos serem moldados livremente por meio dos estímulos externos, ignorando o processo de internalização do agente que se constitui nesse processo.

Como explicado por Butler, as preferências e desejos são também parte da construção de gênero, caso contrário, não existiriam as subversões à heteronormatividade. O que a autora busca ressaltar em seus estudos são exatamente os processos de constrição do comportamento humano em um quadro limitado de identidades já pré-consolidadas. Nesse embate, ambos os autores analisam um mesmo caso emblemático:

In a famous case study, an eight-month-old boy lost his penis in a botched circumcision (not by a mohel, I was relieved to learn, but by a bungling doctor). His parents consulted the famous sex researcher John Money, who had maintained that —Nature is a political strategy of those committed to maintaining the status quo of sex differences.‡ He advised them to let the doctors castrate the baby and build him an artificial vagina, and they raised him as a girl without telling him what had happened. I learned about the case as an undergraduate in the 1970s, when it was offered as proof that babies are born neuter and acquire a gender from the way they are raised. A New York Times article from the era reported that Brenda (nee Bruce) —has been sailing contentedly through childhood as a genuine girl. The facts were suppressed until 1997, when it was revealed that from a young age Brenda felt she was a boy trapped in a girl's body and gender role. She ripped off frilly dresses, rejected dolls in favor of guns, preferred to play with 300 boys, and even insisted on urinating standing up. At fourteen she was so miserable that she decided either to live her life as a male or to end it, and her father finally told her the truth. She underwent a new set of operations, assumed a male identity, and today is happily married to a woman (PINKER, 2002, pp. 298-299).¹²

Enquanto Pinker usa o exemplo acima para sustentar sua tese de que gêneros não podem ser socialmente construídos, que esses são antes resultados do sexo biologicamente determinado, Butler faz uma leitura do caso ressaltando exatamente as interferências sociais (de familiares, médicos, psicólogos) no sentido de pré-determinar o gênero do indivíduo, de predefini-lo dentro de uma estrutura binariamente compreendida. No livro “*Undoing Gender*”, Butler reconhece a influência que o trabalho de Money (o médico que efetivou a

¹² “Em um estudo de caso famoso, um menino de oito meses de idade perdeu o pênis em uma circuncisão mal feita (não por um mohel, fiquei aliviado em saber, mas por um médico desajeitado). Seus pais consultaram o famoso pesquisador sexual John Money, que sustentava que -Natureza é uma estratégia política daqueles comprometidos com a manutenção do *status quo* das diferenças entre sexos. Ele os aconselhou a deixarem os médicos castrarem o bebê e construir-lhe uma vagina artificial, e eles o criaram como uma menina sem dizer a ele o que havia acontecido. Eu aprendi sobre o caso como graduando na década de 1970, quando ele foi apresentado como prova de que os bebês nascem neutros e adquirem um gênero devido à maneira como eles são criados. Um artigo do New York Times da época relatou que Brenda (diga-se Bruce) -Tem velejado contente pela infância como uma verdadeira garota. Os fatos foram suprimidos até 1997, quando foi revelado que a desde cedo Brenda sentia-se como um garoto preso no corpo e em um papel de gênero de menina. Ela arrancava vestidos com babados, rejeitava bonecas preferindo armas, gostava mais de jogar com 300 meninos, e até mesmo insistia em urinar de pé. Aos quatorze anos ela era tão triste que decidiu que ou viveria sua vida como um menino ou se mataria, e então seu pai lhe contou a verdade. Ela foi submetida a um novo conjunto de operações, assumiu uma identidade masculina, e hoje é casado com uma mulher” (**Tradução livre**).

cirurgia e acompanhou o caso) teve nos círculos socioconstrutivistas, mas o apresenta como uma deturpação das premissas da teoria de gênero, indicando exatamente sua complexidade. Gênero não é simplesmente um produto de estímulos externos – fator esse que apenas contribui para oprimir sua múltipla expansividade em uma de duas opções de manifestação -, nem simplesmente determinado biologicamente – pois se assim fosse, as mais diversas e difusas manifestações de gênero não existiriam.

No contexto do caso citado, o posicionamento de Butler é de se contrapor à necessidade de indentificarmos um elemento essencial de onde emanaria necessariamente um determinado gênero.

Diamond argues that these children should be assigned to the male sex, since the presence of the Y is sufficient grounds for the presumption of social masculinity. In fact, Chase, the founder and director of the Intersexed Society of North America, voiced skepticism about Diamond's recommendation. Her view, defended by Anne Fausto-Sterling as well, is that although a child should be given a sex assignment for the purposes of establishing a stable social identity, it does not follow that society should engage in coercive surgery to remake the body in the social image of that gender. Such efforts at "correction" not only violate the child but lend support to the idea that gender has to be borne out in singular and normative ways at the level of anatomy. Gender is a different sort of identity, and its relation to anatomy is complex.

[...]

The point is to try to imagine a world in which individuals with mixed genital attributes might be accepted and loved without having to transform them into a more socially coherent or normative version of gender. In this sense, the intersex movement has sought to question why society maintains the ideal of gender dimorphism when a signification percentage of children are chromosomally various, and a continuum exists between male and female that suggests the arbitrariness and falsity of the gender dimorphism as a prerequisite of human development. There are humans, in other words, who live and breathe in the interstices of this binary relation, showing that it is not exhaustive; it is not necessary (BUTLER, 2004, pp. 63-65).¹³

¹³ “Diamond diz que essas crianças devem ser atribuídas ao sexo masculino, uma vez que a presença do Y é motivo suficiente para justificar a presunção de masculinidade social. Na verdade, Chase, o fundador e diretor da Intersexed Society of North America, expressou ceticismo sobre a recomendação de Diamond. Sua visão, também defendida por Anne Fausto-Sterling, é que, embora deva ser dado à criança uma definição de sexo para fins de estabelecimento de uma identidade social estável, disso não se conclui que a sociedade deve se envolver em cirurgias coercitivas para refazer o corpo à imagem social de seu gênero. Tais esforços de "correção" não só violam a criança, mas sustentam a ideia de que o gênero tem que ser amoldado em uma forma singular e normativa ao nível da anatomia. Gênero é um tipo diferente de identidade, e sua relação com a anatomia é complexa.

[...]

O ponto é tentar imaginar um mundo no qual indivíduos com atributos genitais mistos podem ser aceitos e amados sem ter que se transformar em uma versão mais coerente em termos sociais ou normativos de gênero. Nesse sentido, o movimento intersexo tem procurado questionar por que a sociedade mantém o ideal de dimorfismo sexual quando uma porcentagem significativa das crianças é cromossomicamente variada, e existe um continuum entre masculino e feminino que sugere a arbitrariedade e a falsidade do dimorfismo de gênero como pré-requisito do desenvolvimento humano. Há humanos, em outras palavras, que vivem e respiram nos interstícios dessa relação binária, mostrando que essa não é exaustiva; não é necessária”. (Tradução livre)

Após rejeitar o que Pinker pensa ser a noção de que gêneros são socialmente construídos, o autor não se estende muito até atingir problemas políticos críticos enfrentados pelo movimento feminista que, de acordo com sua leitura, não estariam sendo bem analisados sob a perspectiva do poder e das dinâmicas de grupo. Estes problemas seriam basicamente: a desigualdade de tratamento e reconhecimento no âmbito profissional entre homens e mulheres, e a prática do estupro.

No primeiro ponto, Pinker mais uma vez falha ao analisá-lo de forma circular, ou seja, como resultado de uma predisposição biológica reconhecida indutivamente a partir de dados estatísticos. Resumidamente, mulheres não atingem cargos de lideranças no âmbito de suas carreiras pois elas possuem uma predisposição biológica para não valorizar tanto esse status, e essa predisposição biológica, por sua vez, é comprovada pelo fato de que a maioria das mulheres não atinge cargos de liderança no âmbito de suas carreiras.

This asymmetry is writ large in massive surveys of job-related values and career choices, another kind of study in which men and women actually say what they want rather than having activists speak for them. On average, men's self-esteem is more highly tied to their status, salary, and wealth, and so is their attractiveness as a sexual partner and marriage partner, as revealed in studies of what people look for in the opposite sex. Not surprisingly, men say they are more keen to work longer hours and to sacrifice other parts of their lives — to live in a less attractive city, or to leave friends and family when they relocate — in order to climb the corporate ladder or achieve notoriety in their fields. Men, on average, are also more willing to undergo physical discomfort and danger, and thus are more likely to be found in grungy but relatively lucrative jobs such as repairing factory equipment, working on oil rigs, and jack-hammering sludge from the inside of oil tanks. Women, on average, are more likely to choose administrative support jobs that offer lower pay in air-conditioned offices. Men are greater risk takers, and that is reflected in their career paths even when qualifications are held constant. Men prefer to work for corporations, women for government agencies and nonprofit organizations. Male doctors are more likely to specialize and to open up private practices; female doctors are more likely to be general practitioners on salary in hospitals and clinics. Men are more likely to be managers in factories, women more likely to be managers in human resources or corporate communications. Mothers are more attached to their children, on average, than are fathers. That is true in societies all over the world and probably has been true of our lineage since the first mammals evolved some two hundred million years ago.

[...]

So even if both sexes value work and both sexes value children, the different weightings may lead women, more often than men, to make career choices that allow them to spend more time with their children — shorter or more flexible hours, fewer relocations, skills that don't become obsolete as quickly — in exchange for lower wages or prestige (PINKER, 2002, pp. 305-306).¹⁴

¹⁴ “Esta assimetria é aparece em larga escala em pesquisas de valores relacionados ao trabalho e às escolhas de carreira, um outro tipo de estudo em que homens e mulheres realmente dizem o que querem em vez de terem ativistas falando por eles. Em média, a autoestima dos homens é mais altamente vinculada ao seu status, salário, e riqueza, bem como sua atratividade como um parceiro para casamento ou como um parceiro sexual, como revelado em estudos sobre o que as pessoas procuram no sexo oposto. Não surpreendentemente, os homens dizem que são mais dispostos a trabalhar mais horas e sacrificar outras partes de suas vidas - viver em uma

A cegueira de Pinker é de causar espanto. O autor ignora por completo em sua análise a marca histórica que permeia esse fato social, diga-se, a recente imersão da mulher na política e no mercado de trabalho, ambientes antes quase exclusivos dos homens; os anos de discursos que reforçavam seu lugar como senhoras do lar¹⁵; a responsabilidade integral pela criação dos filhos; a subordinação da esposa ao marido decorrente do antigo instituto romano do poder *pater familias*, que configurava verdadeiro poder de dispor sob a vida da mulher e filhos... Trata-se de heranças institucionais, subjetividade ainda arraigada no seio social que configuram verdadeiras barreiras, não apenas para a emancipação feminina, mas para a própria dissolução de uma política pautada nas noções binárias de gêneros.

O segundo ponto apontado por Pinker é desenvolvido a partir de uma lógica ainda mais problemática. O autor busca combater análises que ligam o estupro à categoria do poder, e não ao sexo.

In modern intellectual life the overriding moral imperative in analyzing rape is to proclaim that rape has nothing to do with sex. The mantra must be repeated whenever the subject comes up. "Rape is an abuse of power and control in which the rapist seeks to humiliate, shame, embarrass, degrade, and terrify the victim" the United Nations declared in 1993. "The primary objective is to exercise power and control over another person". This was echoed in a 2001 Boston Globe op-ed piece that said, "Rape is not about sex; it is about violence and the use of sex to exert power and control.... Domestic violence and sexual assault are manifestations of the same powerful social forces: sexism and the glorification of violence" (PINKER, 2002, p. 309) ¹⁶

cidade menos atrativa, ou deixar amigos e família quando eles se mudam -, a fim de subir a escada corporativa ou alcançar notoriedade em suas áreas. Homens, em média, também estão mais dispostos a sofrer desconforto físico e perigo, e, portanto, são mais propensos a ser encontrados em empregos que envolvem sujeira, mas relativamente lucrativos, tais como reparação do equipamento de fábrica, trabalhando em plataformas de petróleo, e martelando na lama no interior dos tanques de petróleo. Mulheres, em média, são mais propensas a escolher trabalhos de apoio administrativo que oferecem salários mais baixos em escritórios com ar-condicionado. Os homens são melhores em assumir riscos, e isso se reflete em suas carreiras, mesmo quando as qualificações são mantidas constantes. Homens preferem trabalhar para corporações, mulheres para agências governamentais e organizações sem fins lucrativos. Médicos do sexo masculino são mais propensos a se especializar e abrir consultórios particulares; médicos do sexo feminino são mais susceptíveis de serem médicas de clínica geral assalariadas em hospitais e clínicas. Homens são mais propensos a serem gerentes de fábricas, mulheres mais propensas a serem gerentes de recursos humanos ou comunicações corporativas. Mães são mais ligadas aos seus filhos, em média, do que pais. Isso é verdade em sociedades de todo o mundo e, provavelmente, tem sido verdade em nossa linhagem desde que os primeiros mamíferos evoluíram cerca de duzentos milhões de anos atrás.

[...]

Assim, mesmo que ambos os sexos valorizem o trabalho e ambos os sexos valorizem as crianças, as diferentes ponderações podem levar as mulheres, mais frequentemente do que os homens, a fazerem escolhas de carreira que lhes permitam passar mais tempo com seus filhos - horários mais curtos ou mais flexíveis, menos realocações, habilidades que não se tornam obsoletas tão rapidamente - em troca de salários ou prestígios mais baixos” (**Tradução livre**).

¹⁵ Não é preciosismo lembrar que nos períodos de imersão da mulher na vida acadêmica, em institutos restritos ao gênero, o aprendizado de “afazeres domésticos” constituía uma parte expressiva da grade curricular.

¹⁶“Na vida intelectual moderna o grande imperativo moral de análise do estupro é proclamar que o estupro não tem nada a ver com sexo. O mantra deve ser repetido sempre que o assunto vem à tona. "Estupro é um abuso de poder e controle em que o estuprador procura humilhar, envergonhar, constranger, degradar e aterrorizar a

Tem-se aqui de fato um ponto controverso. Realmente a desvinculação do estupro à prática sexual já foi tema de debates nos círculos feministas, em especialmente depois que Michel Foucault se posicionou, em 1977, no sentido de que o ato não deveria ser considerado um crime sexual, e sim uma agressão, de forma a desvincular o sexo/gênero da vítima da ponderação sobre o crime. Ainda que essa posição faça sentido no processo de desconstrução da heteronormatividade, ignorar a influência que as identidades fixas de gênero atuam na realidade contemporânea da cultura do estupro não contribuirá para sua redução. No entanto, isso também não implica dizer que a prática do estupro não envolva, em uma esfera superior à da sexualidade, uma relação de poder.

No contexto dos autores trabalhados, poder é uma ativação e desdobramento de uma relação de forças, que pode ser tanto aparente entre grupos, quanto entre indivíduos, perfazendo-se em um modelo de rede.

Terceira precaução metodológica: não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. (FOUCAULT, 2008, p. 182)

A leitura que Pinker faz das análises que percebem o estupro sob a ótica do poder ignora o viés de que se trata do ato de um sujeito que força a conduta de outro no sentido de satisfazer o seu desejo, sim, muitas vezes estritamente sexual, mas tantas outras ligado a práticas de punição, humilhação, ou de manifestação de poder. Independentemente do gênero,

vítima" as Nações Unidas declararam em 1993. "O objetivo principal é o de exercer poder e controle sobre outra pessoa". Esta posição foi retomada em uma *Boston Globe* de 2001, em um artigo de opinião que dizia: "O estupro não é sobre sexo; é sobre a violência e o uso de sexo para exercer poder e controle.... Violência doméstica e agressão sexual são manifestações das mesmas forças sociais poderosas: o sexismo e a glorificação da violência ""(Tradução livre).

o estupro é o uso da violência para coagir um indivíduo a fazer algo que ele não quer, desrespeitando sua liberdade e dignidade enquanto ser humano. Ligá-lo estritamente ao sexo, como bem ressalta Butler, traz graves repercussões nos momentos de sua constatação no âmbito legal, quando a materialidade do sexo da vítima é mais ou menos implicada para se analisar a culpabilidade do agente (BUTLER, 1994, p. 169), em outros termos, se o comportamento de gênero da vítima causou ou não o estupro, que é exatamente o que Pinker faz em sua conclusão sobre a questão:

These girls say, —Well, I should be able to get drunk at a fraternity party and go upstairs to a guy's room without anything happening.‡ And I say, —Oh, really? And when you drive your car to New York City, do you leave your keys on the hood?‡ My point is that if your car is stolen after you do something like that, yes, the police should pursue the thief and he should be punished. But at the same time, the police — and I — have the right to say to you, —You stupid idiot, what the hell were you thinking? (PINKER, 2002, p. 317)¹⁷

Ignorar os discursos que proclamam a submissão da mulher ao homem, bem como a prática do estupro corretivo, é fechar os olhos para uma questão radical que envolve a cultura do estupro. Ao alegar que no estupro, o que está em jogo é apenas uso da violência enquanto meio para se alcançar um objetivo específico como qualquer outro (PINKER, 2002, p. 310), o autor falha em compreender que o uso da força para satisfação sexual está intrinsecamente ligado ao estabelecimento de relações de poder que se sustentam na violência, opressão, e humilhação. A maioria dos casos de estupro são perpetrados por homens contra mulheres e, ainda que a satisfação do desejo sexual seja o motivo direto para a realização do ato, esse está circundado pela afirmação de que o consentimento da vítima não é necessário para a satisfação sexual do ofensor, que o prazer de um se sobrepõe à dor e à liberdade do outro. Essa relação de força permaneceu por muito tempo socialmente solidificada por discursos que não apenas negavam o prazer sexual da mulher, mas a submetiam enquanto objeto para satisfação do desejo masculino. Em algumas culturas a mulher estuprada ainda é punida, e não compreendida como vítima de um crime. No Brasil, até pouco tempo atrás a doutrina considerava fato atípico o estupro marital, uma vez que as relações sexuais eram obrigações típicas da relação conjugal.

¹⁷ “Essas garotas dizem: Bem, eu deveria ser capaz de ficar bêbada em uma festa de fraternidade e subi as escadas para o quarto de um cara sem que nada aconteça. E eu digo: Ah, é mesmo? E quando você dirige seu carro para Nova York, você deixa as chaves no capô? ‡ Meu ponto é que, se seu carro for roubado depois de você fazer algo como isso, sim, a polícia deve perseguir o ladrão e ele deve ser punido. Mas, ao mesmo tempo, a polícia - e eu - têm o direito de dizer a você, -Seu idiota estúpido, o que diabos você estava pensando?” (Tradução livre)

Aqui adentramos o terceiro ponto distorcido e rejeitado por Pinker, que é a perspectiva de que os conflitos de gênero se perfazem em grupos. Isso não implica dizer que ao estuprar uma mulher o homem está assumindo riscos e se sacrificando em benefício de um grupo homogêneo e patriarcal do qual ele faz parte (PINKER, 2002, p. 311), como se houvesse uma grande conspiração masculina (PINKER, 2002, p. 318). O que o autor falha radicalmente em compreender é que a violência de gênero está ligada a uma subjetividade socialmente produzida, a despeito das recentes mudanças nos ordenamentos legais. Ainda que o estupro seja socialmente condenado, isso não significa que não exista uma construção indireta de valores que são cotidianamente internalizados pelos homens, seja pela mídia que objetifica o corpo feminino tornando-o uma mercadoria, seja pelas repetitivas narrativas que reforçam o simbolismo de mulheres que após o uso da força masculina cedem a seus desejos. Compreender a existência de uma cultura do estupro na qual estamos todos inseridos não exige que a afiliação à cultura patriarcal e à legitimação do estupro seja publicamente proclamada.

Ainda que Pinker reforce durante todo o livro que as diferenças naturais por ele evidenciadas não implicam em uma rejeição do direito de equidade entre homens e mulheres, sua abordagem meramente biológica dos fatos analisados se afasta largamente do discurso dos direitos humanos, e do princípio da dignidade humana nos tratamentos jurídicos. Abaixo, a análise realizada por Pinker de que a dor do estupro vivenciada pela mulher não está ligada à violação da sua liberdade e dignidade enquanto ser humano, mas sim ao seu comportamento natural enquanto fêmea, por não ter tido a chance de escolher seu parceiro sexual, ou melhor dizendo, o “capital hereditário para sua cria”.

Thornhill and Palmer explain in Darwinian terms why females throughout the animal kingdom resist being forced into sex, and argue that the agony that rape victims feel is deeply rooted in women's nature. Rape subverts female choice, the core of the ubiquitous mechanism of sexual selection. By choosing the male and the circumstances for sex, a female can maximize the chances that her offspring will be fathered by a male with good genes, a willingness and ability to share the responsibility of rearing the offspring, or both. As John Tooby and Leda Cosmides have put it, this ultimate (evolutionary) calculus explains why women evolved —to exert control over their own sexuality, over the terms of their relationships, and over the choice of which men are to be the fathers of their children.¶ They resist being raped, and they suffer when their resistance fails, because —control over their sexual choices and relationships was wrested from them.¶ (PINKER, 2002, p. 313)¹⁸

¹⁸ “Thornhill e Palmer explicam em termos darwinianos porque as fêmeas em todo o reino animal resistem em serem forçadas a terem relações sexuais, e argumentam que a agonia que as vítimas de estupro sentem está profundamente enraizada na natureza feminina. O estupro subverte a escolha da fêmea, o núcleo do mecanismo onipresente da seleção sexual. Ao escolher o macho e as circunstâncias para o sexo, uma fêmea pode maximizar as chances de que sua prole tenha a paternidade de um macho com bons genes, uma vontade e capacidade de compartilhar a responsabilidade de criar os filhos, ou ambos. Como John Tooby e Leda Cosmides colocaram,

Essa afirmação não só afasta a compreensão de mulheres enquanto seres humanos, sujeitos de direitos fundamentais que devem ser protegidos, mas também abre espaço para inferências como, por exemplo, que o estupro de homens deve ser vivenciado com menos dor do que pelas mulheres, uma vez que aqueles estariam mais “predispostos a manterem relações sexuais sem envolvimento emocional, ou que lide eminentemente com a escolha da parceira/o”.

CONCLUSÃO

O trabalho de Steven Pinker pode ser notável em vários sentidos no que tange aos estudos neurocientíficos, no entanto, o autor encontra-se largamente afastado das questões trabalhadas pelas ciências humanas e sociais, o que torna a adoção de suas obras como bibliografia referencial para muitos cursos de ética extremamente preocupante, caso sua leitura não seja acompanhada das devidas críticas.

As estratégias retóricas por Pinker são excessivamente utilizadas durante todo seu livro, termos nos quais o autor distorce sobremaneira as teorias com as quais ele supostamente estaria dialogando, citando trechos e referências de forma descontextualizada.

Um dos grandes motes em seu texto sustenta que as pesquisas científicas não são devidamente levadas em consideração por medo de suas repercussões no campo social, no entanto, o que se percebe é a incapacidade do autor de se compreender inserido nesse mesmo campo social, em uma estrutura discursiva, que impede tanto a neutralidade de seus trabalhos, quanto sua perenidade enquanto verdade para além de contingências históricas.

Marina Fisher Nucci, que compõe uma rede de pesquisa chamada NeuroGendering¹⁹, ou neurofeminismo, atenta para o fato de que trabalhos científicos que se baseiam na hipótese

esse último cálculo (evolutivo) explica por que as mulheres evoluíram -para exercer o controle sobre sua própria sexualidade, sobre os termos de suas relações, e sobre a escolha de quais homens devem ser os pais da suas crianças. Elas resistem a serem violadas, e sofrem quando sua resistência falha, porque -o controle sobre suas escolhas sexuais e relacionamentos foi arrancado delas”.(Tradução livre)

¹⁹ Formado em 2010 a partir da conferência “NeuroGenderings I: Critical Studies of the Sexed Brain”, na Universidade de Uppsala na Suécia, o grupo se insere no campo da pesquisa neurocientífica, criticando os discursos de que cérebros de homens e mulheres diferem de modo relevante para a vida social, sem ignorar, no entanto, a materialidade dessas condições. Trata-se de um grupo que se assume abertamente feminista, sem negar, portanto, o subjetivismo que permeia essas pesquisas. Essa honestidade revela-se devido a uma das principais críticas aos estudos da questão de gênero na ciência, que se declarariam neutros e objetivos, quando estão, necessariamente, contaminados pelas condições culturais em que se inserem, e por isso são também construídos socialmente e subjetivamente. Ou seja, “assim como o gênero não seria mero ‘espelho’ do sexo, a ciência não espelhará a natureza” (NUCCI, 2015, p. 9), não havendo ciência apolítica, pois enquanto atividade humana, essa é inseparável de contexto social, seu tempo e lugar.

de “sexo cerebral” revelam uma intrínseca ligação entre o discurso científico e o contexto social em que ele é produzido. Como analisado pela autora, na passagem do século XVIII para o XIX, os estudos científicos sobre as diferenças sexuais mudaram radicalmente de um modelo do sexo único (que preconizava que a diferença entre o masculino e o feminino era de grau, não de natureza, sendo o segundo uma versão imperfeita do primeiro), para o do dimorfismo sexual (no qual homens e mulheres passaram a ser vistos como diametralmente opostos). Desde então, os estudos sobre essas diferenças se apresentaram de forma marcante coincidindo com épocas em que as mulheres estavam lutando pela redefinição de seu papel social, momentos nos quais o discurso científico aparece no sentido de justificar biologicamente não só sua inferioridade intelectual, como sua determinação à maternidade e coisas do lar, ao invés da vida política (NUCCI, 2010, pp. 2-3)²⁰, buscando explicitar a origem de comportamentos já tidos, *apriori*, como biologicamente determinados.

Assim, a produção científica mapeada por Nucci, e na qual inserimos o livro de Steven Pinker (já que esse dialoga diretamente com autores e autoras inseridos no contexto da terceira onda do feminismo, iniciada na década de 90), apresenta uma compreensão de que a busca descuidada por essa origem das diferenças de gênero acaba por essencializá-las. Perspectivas como a de Pinker reforçam discursos sobre padronização, determinação e estereotipização de comportamentos, uma vez que essa substancialização da diferença muitas vezes fecha os olhos para o fato de que, na “busca pelo ‘cerne’ da masculinidade e feminilidade dos corpos, a própria materialidade desses corpos segue em fabricação” (NUCCI, 2015, p. 2). Trata-se, portanto, no mesmo viés apresentado por Butler, de compreender que, se existem comportamentos influenciados por elementos biológicos relacionados ao sexo, é evidente que sua consolidação passa pelo reforço cultural da identidade de gênero, seja na criança, a partir da pré-seleção e disponibilidade, por exemplo, de brinquedos congruentes com o gênero normativo ou, no sujeito adulto, do policiamento de suas práticas sexuais normativas.

²⁰ A autora aponta para dados interessantes nas pesquisas científicas, como a crença, durante a metade do século XIX de que o lobo frontal do cérebro humano era a área que mais concentrava funções mentais e intelectuais e, ao mesmo tempo, afirmava-se que o lobo frontal masculino era mais desenvolvido que o feminino, justificando sua superioridade intelectual. No entanto, na virada do século, descobriu-se que o lobo frontal feminino era mais desenvolvido que o masculino, fator este que não levou a conclusões de que as mulheres seriam intelectualmente superiores aos homens. Passou-se a buscar esses indícios em outros lugares, como nos hormônios sexuais que, a princípio, no contexto da concepção dualista, eram compreendidos como exclusivamente presentes no corpo masculino ou feminino, tanto na sua origem, quanto na sua função. Assim, foi novamente grande o espanto quando foram encontrados hormônios masculinos em mulheres e vice-versa, fator esse que foi primeiramente identificado como patológico, e somente depois viria a se desenvolver na teoria da distribuição quantitativa dos hormônios no organismo (chamada teoria organizacional), assumindo que os corpos poderiam possuir traços femininos e masculinos, mas em diferentes graus (NUCCI, 2010, pp. 6-9).

Nucci aponta que essa relação complexa entre o biológico e o cultural encontra seu ponto de partida exatamente na noção de plasticidade do cérebro, que trata da produção, durante toda a vida do indivíduo, de novos circuitos neuronais baseados no aprendizado e na experiência, sendo “a capacidade do tecido alterar, de modo mais ou menos prolongado, sua função e forma em resposta às influências ambientais que o atingem” (NUCCI, 2015, p. 15 *apud* LENT, 2008, p. 112). É neste ponto que os debates neurocientíficos são realmente travados (como ressaltamos quando identificada a posição de Pinker), na maior ou menor plasticidade do cérebro, e se haveria algo programado e congelado nele para sempre desde o seu nascimento. No entanto, ainda que esta última hipótese seja assumida, é difícil aceitar que esse padrão seria o mesmo em todos os indivíduos de um mesmo sexo, de forma a se falar de comportamentos essencialmente femininos ou masculinos. As pesquisas com uso de tecnologia de imageamento cerebral apresentam muito mais indícios de que, as diferenças cerebrais entre pessoas de um mesmo sexo são tão evidentes e importantes quanto às diferenças entre grupos de cérebros dos dois sexos, apontando mais para a ideia de um hiper-individualismo do que da substancialização dos gêneros (NUCCI, 2015, p. 16).

Conclui-se, portanto, que a despeito da tese explicitada por Pinker em seu livro, as pesquisas neurocientíficas estão muito mais próximas do pensamento de John Locke e sua “tábula rasa”, mesmo que estes tenham sido enunciados de forma meramente especulativa em 1689.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Metafísica*. In: **Aristóteles**. Trad. Vincenzo Coceo. São Paulo: Abril, 1984.

BUTLER, Judith. *Contingent foundations: Feminism and the question of “postmodernism*. In: *The postmodern turn: New perspectives on social theory*. Cambridge: The Cambridge University Press, 1994, pp. 153-170.

_____. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 2002.

_____. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

CEAPG-FGV/EASP. Segurança Pública e vulnerabilidade de mulheres e crianças: os municípios podem fazer algo a respeito? In: **Pensando a Segurança Pública**, v. 5. Brasília: Ministério da Justiça – Secretaria de Segurança Pública, 2014, pp. 161-200.

DESCARTES, René. **Meditações sobre Filosofia Primeira**. Trad. Fausto Castilho. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

FOUCAUL, Michel. La folie encerlee. In: *Debate and Change collective*. Laffont: Paris, 1977.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 26ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand Lefebvre. **Vocabulário de Psicanálise**. Disponível online: <https://www.academia.edu/9356866/LAPLANCHE_PONTALIS._Vocabul%C3%A1rio_de_Psican%C3%A1lise >

LOCKE, John. *An Essay of Human Understanding*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University, 1999.

NODARI, Paulo César. **A emergência do individualismo moderno no pensamento de John Locke**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

NUCCI, Marina Fisher. O Sexo do Cérebro: uma análise sobre gênero e ciência. In: **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. (Org.). 6o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

_____. Não chore, pesquise!” – Reflexões sobre sexo, gênero e ciência a partir do neurofeminismo. In: **Anais da ReACT – V Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. Porto Alegre, V. 2, n. 2, mai/2015

PINKER, Steven. *Blank Slate: The Modern Denial of Human Nature*. New York: Penguin, 2002.

SOMMERS, Christina Hoff. *Who stole feminism*. New York: Simon & Schuster, 1994.

THIEL, Udo. *The early modern subject*. New York: Oxford University Press, 2011.